



RIGOTTO, LUIZ HENRIQUE E REQUIÃO: PELO CUMPRIMENTO DA LEI KANDIR

Estados *versus* União

A guerra travada por estados que se sentem prejudicados pela União ganhou mais um capítulo ontem. Os governadores do Rio Grande do Sul (Germano Rigotto), do Paraná (Roberto Requião), de Santa Catarina (Luiz Henrique da Silveira) e do Mato Grosso do Sul (Zeca do PT) entraram com uma ação declaratória junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Eles querem que a maior corte do país reconheça que o governo federal não está cumprindo a Lei Kandir, que entrou em vigor em 1997 e isentou as exportações do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a principal fonte de receita dos estados.

Segundo os governadores, a União não está ressarcindo os estados na forma prevista pela lei. "Apesar de as exportações terem passado de US\$ 28 bilhões, em 1997, para mais de US\$ 100 bilhões neste ano, os repasses para os estados não estão acompanhando essa evolução", diz Rigotto. "Em 1997, os estados foram ressarcidos em R\$ 3 bilhões. Para este ano, estão previstos pouco mais de R\$ 4 bilhões. Essa postura do governo está custando muito caro aos estados que se empenharam para ampliar as vendas ao exterior. Somente o Rio Grande do Sul está perdendo cerca de R\$ 1 bilhão por ano", afirma.

No entender de Rigotto, ao deixar de cumprir a Lei Kandir e não ressarcir metade das receitas perdidas com a isenção do ICMS, a União só está agravando a crise em torno do pacto federativo. "Temos visto o governo federal bater consecutivos recordes de arrecadação. Mas isso está se dando porque o aumento de impostos ocorre por meio da criação de contribuições, cujas receitas não são obri-

gadas a serem repartidas com os estados e municípios", protesta.

Indenização

Para o governador do Paraná, a ação não é uma operação contra o governo Lula. "É uma forma de corrigir distorções que estão trazendo grandes perdas para os estados", assinala. Pelas contas dos estados, o ressarcimento da Lei Kandir deveria ser de R\$ 18 bilhões em 2005. Mas se a equipe econômica aceitasse abrir mão de R\$ 9 bilhões, os governadores já se contentariam. No Orçamento deste ano, está previsto ressarcimento de R\$ 5,2 bilhões, dos quais R\$ 900 milhões foram contingenciados.

Tanto Rigotto quanto Requião não se arriscam a prever qual será a posição do Supremo. "Não nos cabe dizer isso. Mas procuramos mostrar que a União não está dando uma interpretação correta à Lei Kandir", diz o governador gaúcho. Ele ressalta que o descaso da União com os estados é tanto que a equipe econômica sequer inclui no Orçamento enviado ao Congresso qual quantia será destinada aos estados para cobrir perdas com as exportações. O valor é decidido pelos parlamentares, mas não é respeitado pela equipe econômica.

Além de subscrever a ação contra a União, o governador do Paraná protocolou, sozinho, um processo no STF no qual cobra indenização de R\$ 7 bilhões do governo federal. Segundo Requião, essa foi a quantia que o estado gastou nos últimos anos para executar obras que deveriam ser bancadas com recursos do Tesouro Nacional. Entre essas obras estão a estrada de ferro Ferroeste e a duplicação da rodovia que liga o Paraná a Santa Catarina. (VN)